

# A importância da distinção entre tempo e espaço na sociologia: Em análise as concepções de “Campo” e “Rural”

Ana Louise Carvalho Fiúza y Neide Maria de Almeida Pinto

## Resumo

Este artigo discutiu duas argumentações principais. A primeira vinculada a distinção entre “Campo”, como *espaço social* conformado pela *forma de assentamento* nele impressa e de “Rural”, como *modo de vida*. Já a segunda argumentação se ancorou na tese de que o tecido social constituído no campo, ao longo da nossa, história não favoreceu a fixação de uma “cultura camponesa” aos moldes Europeus. Procurou-se, ainda, argumentar que a perspectiva teórica que diferencia campo de rural, parte de um viés interpretativo que rompe com a perspectiva de rural como um adjetivo daquilo que seria pertencente ao campo e de urbano como aquilo que seria pertencente à cidade. O artigo apresentou ainda, uma breve apresentação das três perspectivas teóricas que vêm sendo utilizadas pelos pesquisadores que se dedicam aos estudos envolvendo a relação entre “campo e cidade” e entre “rural e urbano”: a perspectiva do novo rural brasileiro, da nova ruralidade e da urbanização do campo. O artigo finaliza apontando as justificativas relativas às potencialidades abertas por esta terceira vertente teórica.

Palavras chaves: Campo, cidade, rural, urbano, sociedade urbana

## Introdução

A representação que se tem em torno de campo e rural afeta a vida cotidiana das pessoas, inclusive, os direcionamentos em torno das políticas públicas. Concepções como as de “Novo rural brasileiro”, “Nova ruralidade”

e “Urbanização do campo” que vigoram na academia e nas políticas públicas, no Brasil, apontam para diferentes concepções acerca da compreensão entre o espaço e o tempo, sendo comum, inclusive não se distinguir o “campo”, enquanto espaço físico, do “rural” enquanto modo de vida, cultura. A modificação dos *modos de vida* das pessoas que vivem no campo, mediante o processo de incorporação de novos hábitos de consumo, o acesso às tecnologias da comunicação e da informação, as facilidades de transporte e deslocamento, bem como o acesso aos serviços públicos e às políticas governamentais, têm sido vistos por uma ampla corrente teórica, que se estende dos anos 30 do Século XX aos dias atuais, como se constituindo na expressão do potencial expansivo da “civilização urbana” e do “urbanismo como um modo de vida”. Assim é, que autores como Sposito (2010), Endlich (2010), Lefebvre (2008), Santos (1996), Wirth (1979), dentre tantos outros defendem a perspectiva de que o “modo de vida urbano” nasceu na cidade, mas não se restringiu a ela, ganhando contornos expansivos que vêm atingindo espaços diferenciados, ainda que em ritmos e intensidades próprias a cada contexto. Desta forma, o acesso a bens e serviços materiais e culturais se refletiria no estilo de vida, nas condições materiais de existência, se materializando no padrão de moradia, no tempo gasto para as pessoas realizarem as suas atividades domésticas e “produtivas”, bem como nas suas formas e possibilidades de lazer.

Ao chamar a atenção para as novas atividades econômicas e de lazer desenvolvidas no campo, Endlich (2010) indaga se o modo de vida das pessoas que vivenciam estas mudanças nas suas condições materiais e imateriais de existência poderia se caracterizar, realmente, como um modo de rural. A autora argumenta que a resposta para esta pergunta dependeria da concepção de rural e urbano adotada. Segundo a autora, “rural” e “urbano” poderiam ser tomados como adjetivos relativos aquilo que pertence ao campo e à cidade, respectivamente. Todavia, segundo a autora, “rural” e “urbano” poderiam ser interpretados, também, como “condições de vida”, como para Lefebvre (1969), como “perfil” como para Harris (1971) apud Castro (2001), que já chamava a atenção para a presença de um “perfil urbano” em uma pequena cidade brasileira, na década de 60, ou ainda, como “modos de vida” como para Candido (1997), Wirth (1979), Beaujeu-Garnier (1997), Santos (1997), Sposito (2010). Segundo estes autores, o “modo de vida urbano” embora tenha nascido na cidade, não se restringiu a ela.

Assim, assumimos, neste artigo, a segunda perspectiva teórica, a qual concebe “rural” e “urbano” como modos de vida, por acreditarmos que esta perspectiva permitiria percebermos o “campo” e a “cidade” como espaços em movimento, marcados por dimensões sociais, materiais e imateriais, expressas através dos modos de vida que se configuram nestes espaços. Desta forma, fenômenos como os relativos ao crescimento dos neorurais no campo, a pluriatividade, a diversificação das atividades econômicas no campo, estariam apontando para uma revitalização do campo como lugar de moradia e vida. A proximidade entre campo e cidade poderia ser percebida como instalando uma tendência de dissolução dos rótulos de “cidadinos” e “rurais”, apontando, antes para a presença de indivíduos, que habitam o campo ou a cidade.

## Demarcando a diferença entre os conceitos de campo e rural

Para Sanchez-Casas (2009), “Campo” e “Cidade” não teriam conteúdo *exclusivamente* ou *predominantemente* espacial. Segundo o autor, os espaços concretizam as *características do modo de assentamento*, as quais refletiriam os efeitos das estratégias de satisfação das necessidades sociais. Assim, o “*modo de vida rural*” e o “*modo de vida urbano*” expressariam-se em *modos de assentamento*, marcados pelas características materiais e imateriais adotadas por determinada sociedade, as quais modelariam o espaço. Desta forma, o espaço traduziria os modos de assentamentos de um grupamento social, o que nos permitiria distinguir características socioespaciais típicas de um “*campo ruralizado*”, de um “*campo urbanizado*”, de uma “*cidade urbanizada*” ou de uma “*cidade ruralizada*”, visto que para além dos critérios territoriais, referentes ao tamanho da população e a densidade demográfica, considerariamos os *modos de assentamentos* característicos de um modo de vida urbano ou rural.

Segundo Sanchez-Casas (2009), o aparecimento do excedente na agricultura marcaria o processo inicial de diferenciação entre a “cidade” e o “campo”. Entretanto, esta *contradição* entre “campo” e “cidade” ficaria subsumida na *contradição* entre “centro e periferia”, que se consolidaria com o surgimento do “Estado Moderno”. A cidade teria mudado, segundo ele, qualitativamente incorporando o campo como sua periferia, constituindo uma relação que unificaria a ambos, campo e cidade, no território nacional, o qual se tornaria a base sobre a qual se estabeleceria o Estado Moderno. Posteriormente, com a

consolidação da globalização ocorreria a perda de capacidade do Estado de territorializar o suporte da formação social. Teria ocorrido, então, um novo salto qualitativo: a dialética “centro-periferia” típica do Estado Moderno teria *subsumido* na dialética “global-local”. Assim, o global passaria a absorver a autonomia local das diferentes formações sociais. O processo de urbanização não significaria, assim, a perda das especificidades locais, marcada pela cultura enraizada em cada localidade e dos modos de vida que sobre ela foram se tecendo. Este tecido cultural se constituiria em um filtro atuante no processo de interação entre campo e cidade, determinando o ritmo e a intensidade das transformações advindas do estreitamento das relações entre campo e cidade.

Desta forma, quando utilizamos a categoria “Campo Urbanizado” estamos caracterizando um espaço com características físicas específicas, como: pequena densidade demográfica, natureza com pequeno grau de artificialização, mas com a presença de características materiais e imateriais típicas do “*modo de vida urbano*”. Assim, um “campo urbanizado” poderia absorver os padrões urbanos a partir dos filtros estabelecidos pelas especificidades culturais enraizadas na sua história, na sua forma de assentamento.

É neste sentido que Rambaud (1969) entende o processo de aculturação. A relação entre “campo” e “cidade” seria uma relação marcada por um *ativo processo de aculturação* por parte dos diferentes segmentos sociais presentes no campo. Como destaca Rambaud (1969) os rurais absorveriam a Cultura urbana na sua própria cultura, *seleccionando* o conteúdo a ser absorvido, bem como dando forma e ritmo próprio a este processo de aculturação, o qual ainda seria de caráter individual e não coletivo. O autor aponta para o fato de que este processo levaria a constituição do “*Canivas*” particular de cada indivíduo.

## Aspectos históricos relativos à perspectiva de campo e cidade no Brasil

Carlos Rodrigues Brandão (1983) ao estudar os caipiras paulistas destaca que o lavrador no Brasil foi obrigado a ser errante. Ele foi sempre empurrado de um sertão que conquistou a um outro a ser conquistado, até ser outra vez expulso. Se uma parte de sua vida nômade deriva de como ele se relaciona com a natureza, a outra –possivelmente mais importante– deriva de como ele se relaciona com os senhores rurais através do trabalho e de tratos sobre questões de posse e uso da terra. Costumeiramente, devido a tratos com o “dono”,

após três ou mais anos de “lavoura”, saía das terras, deixando um “pasto formado” para o gado da fazenda. Onde quer que o jogo e os valores do mercado agrícola gerassem negócios com a terra ou terras de negócio, o “lavrador”, “posseiro” ou “agregado” era expulso, empurrado em direção a um “oeste”.

Os caipiras, cativos da terra, sem serem escravos dos senhores de terra, estavam, por isso mesmo, mais afastados de sua cultura civilizadora do que os próprios índios “catequizados”, ou do que os próprios escravos “civilizados”. Segundo Brandão (1983), durante boa parte da nossa história, os caipiras que não migravam em família para um sertão mais à frente ficavam entre cercos de fazendas. Esta marginalidade imposta não era um acidente à margem da própria vida caipira. Ao contrário, foi o que a constituiu. Subalterno a todas as dimensões de sua organização, o lavrador caipira não existiu fora da economia agrária colonial e, depois, capitalista. José de Souza Martins (2008) sintetiza admiravelmente esta ideia afirmando que “a vida material, social e cultural do caipira parece organizar-se e desenrolar-se como se estivesse cumprindo um ciclo natural, à margem do ‘mundo’ de abstrações construído pela atividade humana acumulada.

Diante deste cenário de desenraizamento do lavrador, do caipira, enfim, do tecido social no campo, no Brasil, ¿qual a melhor forma de conceber as transformações sociais porque passa o campo? ¿Seria plausível se considerar que ao contrário do que aconteceu com os camponeses europeus, no Brasil, os rurais não tiveram as mesmas condições de realizarem inovações agrárias, turísticas, culturais, a partir de necessidades sentidas? ¿E, que assim, não construíram um processo de adaptação, de forma ativa e interativa, nem puderam se voltar para a consideração das suas necessidades econômicas, domesticando as técnicas segundo a sua lógica de existência e o seu sistema de valores”? Assim, ¿seria coerente o pressuposto de que o “capitalismo no campo”, no Brasil, se deparou com formas sociais “frouxas” ou “rasas” de cultura local, atropelando facilmente os comportamentos sociais e modificando rapidamente as práticas sociais? Diante desta realidade histórica que caracterizou boa parte do Brasil ¿que perspectivas podem contribuir de forma mais efetiva para as políticas públicas direcionadas para o campo? ¿A do Novo rural brasileiro? ¿A da Nova ruralidade? ¿A da Urbanização do campo?

A perspectiva do “*Novo Rural*”, que tem como expoentes José Graziano da Silva y Mauro Eduardo Del Grossi (1997), José Eli da Veiga (2004),

dentre outros, se ancora na perspectiva de que a diferença entre o rural e o urbano seria de intensidade e não de contrastes. Poderíamos vislumbrar nesta concepção uma perspectiva de civilização única, face a qual a dicotomia entre o rural e o urbano seria diluída em um continuum. Em contraposição a esta perspectiva do continuum está a corrente que defende a perspectiva da integração das aldeias à economia global, sem que isto signifique o seu aculturamento e a perda da sua identidade. Nesta perspectiva se inserem autoras como Carneiro (2012), Wanderley (2009), que defendem que a globalização ao invés de diluir as diferenças propiciaria o reforço das identidades locais e a valorização do pertencimento a uma localidade.

Por fim, a concepção da *urbanização do campo*, que tem como expoentes autores como Sposito (2010), Endlich (2010), Lefebvre (1983), Wirth (1979), Santos (1979), Rambaud (1969), dentre outros, também defende a perspectiva de uma *civilização única*, tal como a perspectiva do *novo rural*, apontando, contudo, para uma tendência de enfraquecimento da cultura rural que se tornaria crescentemente urbana. Dentro desta perspectiva acredita-se que o campo absorveria as lógicas difundidas a partir da cidade, em ritmos e intensidades diferenciadas, segundo as especificidades do seu tecido social e da capacidade deste de filtrar de forma ativa as influências que lhe convém, social e individualmente. Dentro desta perspectiva, os rurais ao se tornarem consumidores, começariam a fazer parte da *sociedade urbana*. Rambaud (1969) destaca a idéia de prolongamento da cidade, caracterizando-a como o lugar onde as pessoas de diferentes partes (bairros, periferias, campo, cidades pequenas) vão buscar o que lhes falta. Segundo o autor, os rurais se sentiriam parte da cidade, percebendo-a como uma extensão do seu lugar de origem.

## As contribuições de Plácide Rambaud para a compreensão das transformações dos modos de vida no campo

Ao estudar o processo de urbanização do campo na França da Pós-Segunda Guerra Mundial destaca Rambaud (1969) a atitude ativa dos rurais ao avaliarem os pontos positivos e negativos do campo e da cidade, a fim de procederem à filtragem dos aspectos que lhes convinha em ambos. Assim, destaca o autor que os rurais associavam a cidade com o dinheiro e a descontração. Por outro lado, a cidade era vista como exigindo das pessoas o pagamento por tudo.

Todavia, a vida na cidade era vista como sendo mais fácil, com a pessoa tendo tudo à mão.

Na cidade a pessoa era percebida como podendo se tornar mais independente da natureza, tendo mais tempo livre. Mas, por outro lado, percebia-se a maior dependência que os trabalhadores tinham em relação ao chefe, que comandava o seu trabalho, enquanto no campo cada um sabia o que fazer e fazia como queria. Pesava-se, também, o fato de que o trabalho mais livre do campo não contava com os mesmos benefícios e garantias sociais que se tinha na cidade, como salário e garantias trabalhistas. A educação também se constituía em outro ponto destacado como positivo pelos rurais, principalmente, por permitir às crianças um ensino de melhor qualidade. A cidade era desejada por jovens e mulheres por ser vista como oferecendo maiores oportunidades de diversão. Em contrapartida, acreditava-se que na cidade faltava humanidade, havendo pouco convívio com a família as pessoas eram vistas como se conhecendo, mas não se mostrando, vivendo o anonimato e a solidão.

Tais representações dos rurais acerca do campo e da cidade mostram o caráter relacional que os mesmos fazem de ambas, mas, acima de tudo, destacam a forma como avaliam, de forma consciente, os “*prós*” e os “*contras*”, como se estivessem diante de uma vitrine em que pudessem escolher o melhor dos dois mundos, segundo o seu julgamento de valor. Saindo, agora, da esfera das representações dos rurais acerca do “*Campo*” e da “*Cidade*”, Rambaud passa a apresentar os contrastes que observa entre os *modos de vida* que se estabelecem entre um “*Campo Urbanizado*” e outro “*Ruralizado*”.

Enfim, o processo de urbanização tornaria possível se perceber que no campo pode haver criança, sem haver infância, pode haver jovem, sem haver juventude, pode haver velho, sem haver Terceira Idade, pode haver mulher rural, sem haver mulher com individualidade própria, enfim, pode haver *pessoa* sem haver *indivíduo*. O processo de “urbanização” seria marcado por algumas características próprias: a diferenciação do tecido social, a crescente divisão social do trabalho, com seu processo de especialização das funções, a diversificação dos espaços e das identidades, bem como, ainda, pela presença do Estado, em termos de aplicação das leis e prestação de serviços. O Quadro 1, apresentado a seguir sintetiza algumas das características já apresentadas, bem como outras que continuarão a ser apresentadas.

**Quadro 1:** Características constitutivas do perfil relativo ao “Modo de vida rural” e ao “Modo de vida Urbano”.

<b>MODO DE VIDA</b>	<b>MODO DE ASSENTAMENTO RURAL</b>	<b>MODO DE ASSENTAMENTO URBANO</b>
<b>1 Padrões de consumo</b>		
1.1 Alimentação	Presença significativa do auto-consumo	Gastos com alimentação (alimentos comprados e locais de alimentação)
1.2 Vestuário	Gasto restrito com vestuário (ocasiões especiais)	Gastos casuais com vestuário
1.3 Lazer	Gasto restrito com lazer	Gastos casuais com lazer
<b>1.2 Modos de Morar</b>		
1.2.1 Móveis	Predomínio de móveis que passa de geração para geração	Predomínio de móveis adquirida anualmente.
1.2.2 Eletrodomésticos	Básicos	Diversificados
1.2.3 Meios de comunicação	Básicos	Diversificados
1.2.4 Meios de transporte	Coletivo	Próprio
1.2.5 Estrutura física da casa (número de cômodos, existência ou não de saneamento básico, de eletricidade).	Pouco alterada ao longo dos anos	Alterada com constância ao longo dos anos
<b>1.3 Tempo gasto</b>		
1.3.1 No trabalho	Sem demarcações para descanso e lazer	Com demarcações para descanso e lazer
1.3.2 Para o lazer	Pequena importância	Grande importância
<b>1.4 Capital Econômico</b>		
Renda	Predominantemente agrícola	Predominantemente não-agrícola
Pensão, aposentadoria	Utilizada nas atividades agrícolas	Utilizada nas atividades não agrícolas



Auxílio do governo	Acessado por homens	Acessado constantemente por mulheres
<b>1.5 Frequência de deslocamento para a cidade.</b>	Esporádica	Semanal
<b>2 Trabalho</b>		
2.1 Tipo de vínculo de trabalho	Sem contrato/sem carteira assinada	Com contrato/carteira assinada
2.2 Realização do trabalho	Pela família	Com mão de obra contratada esporádica e/ou permanentemente
2.2.3 Assistência técnica	Ocasional	Frequente
<b>2.3 Forma de gerir a propriedade.</b>	Sem utilizar planilha de custo	Utilizando planilhas de custos
<b>2.4 Aparato tecnológico produtivo</b>		
2.4.1 Máquinas	Antigas	Novas
2.4.2 Insumos	Pouco usados	Muito usados
2.4.3 Mudanças nas práticas produtivas	Passadas de pai para filho	Adquiridas através de capacitação profissional
<b>3 Acesso a Serviços</b>		
Escola (Graus)	Ensino básico e fundamental	Ensino Médio e Superior
Hospitais, postos de saúde	Uso Municipal	Uso regional
Atendimento jurídico	Inexistente	Presente

Fonte: Elaborado pelos autores, 2012.

O “Campo Ruralizado” segundo Rambaud (1969) estaria caracterizado pelo falar pouco em virtude de se trabalhar muito. Preponderaria, assim, a economia de palavras, em função da supremacia do fazer face ao falar. O trabalho no campo seria solitário ou com a família, a pessoa voltaria-se para si mesma. Os rurais utilizariam-se de línguas de caráter local –os “patoás”–, que seriam uma espécie de dialeto, que se caracterizam pela economia de palavras. O “patoá” pode ser visto como uma expressão da tradição de um

campo ruralizado. Já a urbanização propiciaria ao indivíduo fluxos contínuos de interação, levando-as a utilizarem a fala e dentro de parâmetros normativos mais universais. Assim, a linguagem urbana propiciaria ao indivíduo o acúmulo de experiências e troca de informações com uma gama muito maior de pessoas.

Mas, se de um lado há um processo consciente de escolha e seleção por parte dos rurais acerca da formação do seu próprio “*Canivas*”, do seu estilo, a partir das influências da cultura urbana, por outro lado, há uma vivência inconsciente da absorção deste processo de urbanização. Ao utilizar as transformações absorvidas através da forma como o tempo e o trabalho passam a ser vivenciados pelos rurais, evidencia-se a sua perspectiva de englobamento universal de todos os indivíduos em um mesmo tempo histórico, ainda que ressaltando que as influências culturais trazidas com a urbanização não sejam absorvidas de forma homogênea pelos indivíduos e pelas diferentes localidades.

Na sociedade rural o tempo não teria muitas repartições, a natureza ditava o ritmo da vida, não sendo este ainda medido e tomado como mercadoria, tendo um preço e sendo pago em dinheiro. O dinheiro traria uma perspectiva de certeza porque estaria associado ao pagamento recebido pelo emprego com carteira assinada, enquanto no campo o ganho seria percebido como incerto, por depender dos caprichos da natureza: seca, enchente, pragas etc., bem como da maior inobservância dos direitos trabalhistas. Assim, a perspectiva do salário introduziria no campo uma reviravolta, sendo interpretado como um símbolo de segurança de ganho, o dinheiro tornaria presente a liberdade no campo, em virtude de diminuir o medo do risco em investimentos futuros, propiciando ao indivíduo pensar em termos de futuro, conforme destaca Rambaud (1969).

Frente a este processo de urbanização, os jovens rurais sentiriam-se atraídos pela cidade em virtude desta ser percebida, antes de tudo, como lugar de trabalho com ganho seguro. Esta percepção indicaria uma noção de trabalho como emprego diferente da concepção de trabalho agrícola. A cidade por ter se tornado polo de atividades secundárias e terciárias oferece possibilidades de trabalho mais numerosos que o campo, exercendo por este fato uma atração profissional. Assim, quando o campo urbanizado passa a oferecer a ampliação de trabalhos não agrícolas e que exigem uma formação profissional, este passaria a exercer um maior atrativo para a fixação deste grupo.

O processo de urbanização no campo viria, assim, mexer com a noção tradicional de ocupação profissional. Segundo destaca Rambaud (1969), o

trabalho representa uma função essencial de toda a sociedade, e caso a sociedade não possa suprir estas expectativas do grupo, este a repudia. Certamente, os rurais não percebem a falta de emprego no campo em termos de desemprego, pois essa noção é de origem urbana. “Estar desempregado” supõe que se tenha exercido uma profissão assalariada. Em contraste, o “estar sem emprego” para os rurais significa que se está procurando um tipo específico de ocupação, aquela que lhe exige estar apto a ter um lugar na esfera da produção ou da prestação de serviço qualificado. Assim, a falta de trabalho típica dos períodos de sazonalidade no campo ruralizado é vista de forma diferenciada do estar desempregado em um campo urbanizado. No campo ruralizado “não estar trabalhando” significa apenas seguir o ritmo da natureza que estabelece períodos sazonais de trabalho e não trabalho. Contudo, no campo urbanizado o indivíduo vivencia o desemprego, julgando o espaço propício para construir a sua vida a partir da suficiência ou insuficiência permanente de trabalho. O mundo do trabalho constitui-se, assim, para os rurais, em mais uma fonte de confrontação entre campo e cidade, ou entre um campo ruralizado e outro urbanizado.

## Considerações Finais

Desenvolvemos, ao longo deste artigo, duas argumentações principais. A primeira, defendia que a distinção entre “Campo”, como espaço social conformado pela forma de assentamento nele impressa e “Rural”, como modo de vida, nos permitiriam perceber com nitidez o processo de revitalização do campo, mas sob a perspectiva da gradual transformação dos modos de vida daqueles que nele vivem. Já, a segunda argumentação se ancorou na tese de que o tecido social constituído no campo, ao longo da nossa, história não favoreceu a fixação de uma “cultura camponesa” aos moldes Europeus.

Procuramos, ainda argumentar que a perspectiva teórica que diferencia campo de rural, parte de um viés interpretativo que rompe com a perspectiva de rural como um adjetivo daquilo que seria pertencente ao campo e de urbano como aquilo que seria pertencente à cidade. Talvez resida aí, inclusive, grande parte do rechaço à perspectiva da urbanização do campo. Aqueles que rechaçam veementemente esta perspectiva defendem o argumento de que não se pode tomar “o rural” como estático e imune às transformações sociais. Quando vemos o argumento dos que defendem a perspectiva da urbanização do campo,

percebemos que é, justamente, este o argumento deste grupo, que defende que “o campo” está se revitalizando a partir da expansão da “cultura urbana”.

A perspectiva da “urbanização do campo”, aponta para um fenômeno que não se efetivaria de forma homogênea, como uma *urbanização completa* e uniforme da sociedade. Pelo contrário, vários dos expoentes desta corrente defendem que este processo de aculturação provocado pela urbanização se daria de forma heterogênea e em ritmos diferenciados, sendo que este se constituiria em um processo de forte conotação individual e não de massificação coletiva.

A perspectiva da “*urbanização do campo*” ao diferenciar conceitualmente “Campo” como espaço físico, de “Rural” como modo de vida, defende que embora o campo venha experimentando um crescimento das suas ocupações, estas se dão em torno da diversificação das atividades produtivas e de lazer, fenômenos típicos da “sociedade urbana” e não da cidade, ainda que nela tenha se manifestado, primeiramente. Portanto, o campo que experimenta um processo de expansão seria o campo em processo de urbanização.

Mas, sobretudo, para aqueles que apostam na recriação do campo e do campesinato, como forma de resistência ao sistema capitalista, a perspectiva teórica da urbanização do campo traz argumentos contundentes de contestação, fundamentados em torno da percepção de que as transformações culturais, sociais, econômicas experimentadas, não podem ser vistas como capitalistas e, sim, como “urbanas”. O aparecimento do agricultor inserido ao mercado se daria, dentro desta perspectiva, não somente na França, no Brasil e nos países ocidentais de uma forma geral, mas, também, em países de regime comunista. Mesmo que não se reduza a perspectiva de campesinato a uma autarquia, a um sistema agrícola autossuficiente, fechado sobre si mesmo, não se pode negar as transformações em torno das sociedades camponesas de outrora. Contudo, se o camponês pode ser percebido como parte de uma vida pretérita, isto se dá em função da vitalidade do campo, em decorrência da diversificação e diferenciação do tecido social e econômico, que o levou a se tornar um agricultor atrelado ao mercado.

A perspectiva em torno de uma “Sociedade Urbana”, da qual o campo é parte integrante aponta, assim, para um processo de expansão da urbanização que embora nasça na cidade generaliza-se, englobando e envolvendo, também, o campo. Esta marcha da urbanização provoca mudanças nos modos de vida, nos hábitos e valores. A crescente industrialização do campo retira dos camponeses a

sua autonomia relativa, transformando, também eles, em consumidores, modificando a sua concepção de trabalho, de tempo livre, de futuro, envolvendo-os em um processo de aculturação contínuo ao *modo de vida urbano*. Contudo, isto não significa o desaparecimento das especificidades identitárias do campo.

A urbanização do campo revela que tal como a cidade, também este espaço social e as pessoas que nele habitam absorvem de diferentes formas as transformações que são próprias do seu tempo. Nesse processo, uma das faces mais claras do entrelaçamento entre campo e cidade pode ser vista através das demandas geradas pelos cidadãos em termos de lazer e turismo no campo. O crescimento das atividades não-agrícolas e pluriativas no meio rural ampliam as possibilidades de reprodução socioeconômica das pessoas levando, gradativamente, a um deslocamento da centralidade da terra como fonte de geração de renda e emprego no campo. Descortina-se, assim, um campo vitalizado que oferece oportunidades não apenas em termos de novas possibilidades de trabalho, mas da própria re-significação dos modos de vida passados de geração para geração.

## Bibliografia Referenciada

- Abramovay, R. (2009). *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Editora UFRGS. 2. Edição.
- Beaujeu-Garnier, J. (1997). *Geografia urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2. Edição.
- Brandão, C. R. (1983). *Os caipiras de São Paulo*. São Paulo: Brasiliense.
- Candido, A. (1964). *Os parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- Candido, A. (1997). *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus modos de vida*. São Paulo: Ed 34. 8ª Ed.
- Carneiro, M. J. (2012). *Ruralidades contemporâneas*. Modos de viver e pensar o rural na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ.
- Castro, E. G. (2001). Estudos de comunidade: reflexividade e etnografia em Marvin Harris. *Revista Universidade Rural* (Série Ciências Humanas), 2(23), 195-210. Recuperado de [http://www.editora.ufrj.br/revistas/humanasesociais/rch/rch23n2/humanas23n2p195\\_210estudosdecomunidade.pdf](http://www.editora.ufrj.br/revistas/humanasesociais/rch/rch23n2/humanas23n2p195_210estudosdecomunidade.pdf).

- Endlich, Â. M. (2010). Perspectivas sobre o urbano e o rural. En M. E. B. Sposito y A. M. Whitacker (Org.). *Cidade e campo. Relações e contradições entre urbano e rural* (pp. 11-32). São Paulo: Expressão Popular.
- Graziano da Silva, J. y Del Grossi, M. E. (1997). A evolução do emprego não agrícola no meio rural brasileiro, 1992-1995. *Anais do XXXV Congresso de Economia e Sociologia Rural (Sober)*. Natal, RN.
- Harris, M. (1971). *Town and country in Brazil*. New York: The Norton Library.
- Lefebvre, H. (1969). *O Direito à cidade*. São Paulo: Documentos.
- Lefebvre, H. (2001). *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG.
- Lefebvre, H. (2008). *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Martins, J. de S. (2008). *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Contexto.
- Nunes, C., Pinto, V. P. dos S. (2009). *Campo, cidade, urbano e rural: categorias e representações*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, datilo.
- Rambaud, P. (1969). *Société rurale et urbanisation*. Paris: Editions du Seuil.
- Rua, J. (2002). Urbanidades e novas ruralidades no estado do Rio de Janeiro: Algumas considerações teóricas. En G. J. Marafon y M. F. Ribeiro (Org.). *Estudos de Geografia Fluminense* (pp. 27-42). Rio de Janeiro, Infobook.
- Sanchez-Casas, C. (2009). La centralidad del modo de asentamiento durante el predominio de la contradicción campo-ciudad. En C. Sanchez-Casas, *Sociedad, sistema y hábitat* (pp. 198-266). Madrid: Los libros de la catarata.
- Santos, M. (1996). *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec. 3 edição.
- Sobarzo, O. (2010). O rural e o urbano em Henri Lefebvre. En M. E. B. Sposito y A. M. Whitacker (Orgs.), *Cidade e campo. Relações e contradições entre urbano e rural* (pp. 53-64). São Paulo: Expressão Popular.
- Sposito, M. E. B. y Whitacker, A. M. (Orgs.) (2010). *Cidade e campo. Relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular.
- Wanderley, M. N. B. (2009). *O mundo rural como um espaço de vida. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

- Veiga, J. E. (2004). Destinos da ruralidade no processo de globalização. *Estudos Avançados*, 18(51) 51-67. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142004000200003>.
- Williams, R. (1989). *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Wirth, L. (1979). O urbanismo como modo de vida. En G. O. Velho (Org.), *O fenômeno urbano* (pp. 45-65). Rio de Janeiro: Zahar. 4. Edição.